

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.313 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2001

## VEJA NESTA EDIÇÃO

### FGTS

O projeto do Executivo que corrige os saldos do FGTS será debatido hoje pelo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, na CAE.

PÁGINA 2

### RACIONAMENTO

*Jader Barbalho e Eduardo Siqueira Campos criticam a inclusão do Norte no programa de racionamento de energia.*

PÁGINA 8

### MPs

Os abusos do Executivo na edição e reedição de medidas provisórias foram condenados ontem por senadores na reunião da CCJ.

PÁGINA 3



## Pode ser proibida anotação desabonadora na carteira

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que impede o empregador de fazer observações depreciativas na carteira de trabalho

PÁGINA 6



## Emenda que exige renúncia para reeleição será votada dia 20

O Senado decidiu ontem transferir para o dia 20 a votação da proposta de emenda constitucional do senador Nabor Júnior que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, dos governantes – presidente da República, governadores e pre-

feitos – que quiserem disputar a reeleição. O Plenário discutiu diversas matérias e aprovou, entre outras, a indicação de Paulo Medina para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça.

PÁGINA 3



Audiência na Comissão de Educação reuniu representantes do governo e das empresas

## Senadores divergem de empresários sobre projeto para TV comunitária

PÁGINA 7

## Plenário vota hoje normas de política agrícola

O Senado vota hoje projeto estabelecendo que os instrumentos de política agrícola, como pesquisa, assistência técnica e crédito, devem orientar-se pelo disposto nos planos plurianuais. O texto busca melhorar o funcionamento dos órgãos encarregados da implementação e monitoramento da política agrícola.

O projeto também dispõe que os planos de safra e os plurianuais devem considerar as especificidades regionais e estaduais, o tipo de produto, fatores e ecossistemas homogêneos, o planejamento das ações dos órgãos da administração federal, a vocação agrícola e necessidades diferenciadas de abastecimento, estoque e exportação.

Também hoje, o Plenário volta a discutir proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Relator da matéria, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) é favorável ao texto, nos termos de um substitutivo.

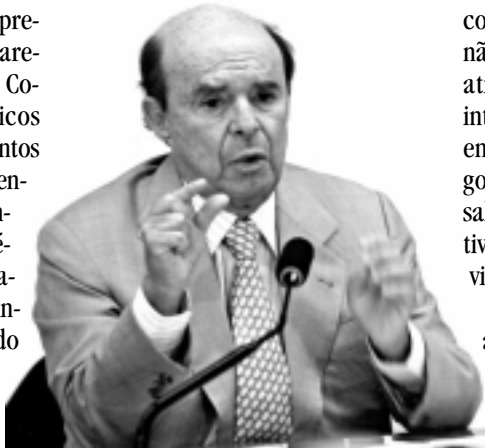
# Dornelles explica na CAE projeto de correção do FGTS

Ministro do Trabalho detalha proposta para cumprir sentença que determina o depósito das perdas decorrentes dos planos Verão e Collor I

O ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, comparece hoje, às 9h30, à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para prestar esclarecimentos sobre o projeto de lei complementar do Executivo que institui contribuições sociais e autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), considera que com o encerramento, à meia-noite de ontem, do prazo de apresentação de emendas, e depois que o ministro der os seus esclarecimentos sobre o tema, terá condições de emitir parecer sobre a proposição, conforme informou sua assessoria.

O projeto foi elaborado em função de decisão do Supremo Tribu-



Francisco Dornelles dará esclarecimentos sobre o projeto já aprovado na Câmara dos Deputados

nal Federal (STF) que determinou que o governo corrigisse os saldos das contas vinculadas ao FGTS. No entendimento do STF, os trabalhadores não devem arcar com as perdas decorrentes dos planos Verão e Collor I. Dessa maneira,

com o propósito de garantir que não haja um desequilíbrio entre o ativo e o passivo do fundo e com o intuito de evitar que ocorra uma enxurrada de processos contra o governo exigindo a correção dos saldos, o Executivo tomou a iniciativa de formular uma proposta que viabilize o pagamento dessa dívida.

A sentença do Supremo criou a necessidade de o fundo dispor de R\$ 42 bilhões, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Para atingir esse volume de dinheiro, o governo decidiu, entre outras medidas, cobrar uma contribuição social de 0,5% sobre a folha de salários das empresas que não participam do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Médio Porte (Simples). O Tesouro Nacional contribuirá com R\$ 6 bilhões.

## Comissão de Orçamento analisa metas fiscais

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 9h, para apreciar parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO), favorável ao relatório encaminhado pelo governo federal sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao ano passado.

Outro assunto que será discutido na comissão é o voto do deputado Almir Sá (PPB-RR) pela autorização da execução de contratos referentes à

duplicação de trechos da BR-116, na divisa de São Paulo com o Paraná. Também está incluída na pauta a votação de requerimento de informação do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). Ele solicita ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, informações sobre o Programa de Dispendios Globais, a necessidade de financiamento líquido e o resultado primário do setor produtivo estatal referentes aos exercícios de 1998 a 2001.

## Sancionada criação de agências para o setor de transportes

O presidente Fernando Henrique sancionou, com vetos, na noite de terça-feira, projeto de lei que cria quatro novos órgãos para regular e fiscalizar os serviços de transportes do país, sendo duas agências reguladoras – a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) –, o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

O projeto de lei, de iniciativa do Executivo, foi apreciado em regime de urgência nas duas Casas legislativas. Na Câmara, recebeu um substitutivo que alterou signi-

ficativamente o texto original, e no Senado a matéria, uma das últimas relatadas pelo então senador Antonio Carlos Magalhães, tramitou nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura e no Plenário.

A instituição das novas agências segue a linha de outras similares já criadas para os setores de água, energia elétrica, vigilância sanitária, petróleo e telecomunicações. Elas passaram a ser instituídas depois da privatização de empresas públicas e exercem a função de estabelecer as estruturas e as metas para os setores estratégicos a que estão relacionadas.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

12h – Recebe o ministro do Superior Tribunal Militar, Olympio Pereira da Silva Júnior  
12h30 – Recebe o senador Tião Viana, acompanhado de deputados estaduais de São Paulo

### PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera disposições constitucionais transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 250/01, do senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 209/00, de sua autoria; e substitutivo da Câmara ao PLS nº 63/89, que dispõe sobre a construção de logradouros e edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física, nos termos do parágrafo 2º do art. 227 e do art. 244 da Constituição federal.

### COMISSÕES

9h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: examinar o resultado das contas públicas de 2000 do governo central, quando se deu o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães – Câmara dos Deputados  
9h30 – Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia  
Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2  
9h30 – Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática  
Pauta: audiência pública sobre as iniciativas oriundas do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic) para a criação de uma nova política para o cinema brasileiro. Convidados: ministro da Cultura, Francisco Corrêa Welfort; produtor de cinema Luiz Carlos Barreto; distribuidor de cinema Rodrigo Saturnino Braga. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15  
9h30h – Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, destinada a instruir a tramitação do PLC nº 49/01-Complementar, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

### ESPECIAL

Sexta-feira  
9h às 12h – Debate sobre a crise no setor energético. Os consultores legislativos do Senado David Waisman, Márcia Biato e Omar Abbud estarão analisando a origem e a evolução da atual crise de energia elétrica, suas características e perspectivas de curto e longo prazo. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senadores condenam abuso na reedição de MPs

Críticas foram feitas durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Amir Lando fala em predomínio da “lei da vontade” sobre a vontade da lei, e Bernardo Cabral aponta “um verdadeiro estupro constitucional”

O abuso do Poder Executivo na edição e reedição de medidas provisórias foi criticado por vários senadores durante a reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que votou mensagem do presidente da República indicando o desembargador Paulo Medina para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Medina uniu-se aos senadores na crítica ao exagero na edição de MPs, mas culpou o Legislativo por não regulamentar o assunto.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o país vive hoje crise de legalidade e momento de completa perturbação da ordem. “Não há mais a vontade da lei, mas sim a lei da vontade” comandando o país, frisou, acrescentando que a Constituição não permite a reedição de MP, mas, ao contrário, fixa prazo de 30 dias para que seja convertida em lei, caducando após esse período. Porém, do jeito como as coisas estão sendo conduzidas, com a edição e reedição de MPs, disse Lando, o Executivo transformou-se em “legislador monocrático”.

O senador Bernardo Cabral (PFL-



Exame de indicação para o STJ propiciou debate sobre excesso de medidas provisórias e problemas do Poder Judiciário

AM) explicou que a reedição de MP contraria o espírito do legislador no texto constitucional. Para ele, que foi relator da Constituinte, a reedição é “um verdadeiro estupro constitucional”. Cabral disse ainda que o mecanismo foi introduzido no texto porque ali se previa um plebiscito para a escolha entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Entretanto, a MP só é viável em um regime parlamentarista, opinou.

Os parlamentares mostraram-se ainda preocupados com a morosidade do Judiciário, o abarrotamento das instâncias superiores e os rendimentos dos magistrados. O sena-

dor Lúcio Alcântara (PSDB-CE) explicou que o próprio Supremo Tribunal Federal, por ocasião dos trabalhos da Constituinte, fez questão de ficar com as competências que tem hoje, o que tanto emperra o andamento de suas funções.

A necessidade de medidas que resultem num melhor andamento dos trabalhos do Judiciário foi também colocada pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Francelino Pereira (PFL-MG) e Ramez Tebet (PMDB-MS). O senador José Fogaça (PMDB-RS) quis também detalhar melhor os pontos críticos da proposta de reforma do Judiciário.

## Plenário aceita indicação de Medina para o STJ

O Senado aprovou ontem, no início da noite, mensagem do presidente da República indicando o desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga deixada por Waldemar Zveiter. Pela manhã, após sabatinar o desembargador, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) havia aprovado a indicação por 16 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção.

Durante a exposição e a sabatina na CCJ, o desembargador defendeu a adoção do mecanismo da súmula vinculante como forma de reduzir a sobrecarga de processos nas instâncias superiores da Justiça e fez

coro com os senadores na crítica ao Executivo pelo abuso na edição e reedição de medidas provisórias. Mesmo assim, ele disse ao senador Ramez Tebet preferir a MP ao antigo decreto-lei, que vigorava antes da Constituição de 1988.

Medina apontou como os principais defeitos do Poder Judiciário a morosidade, a falta de transparência e o corporativismo. Para o desembargador, seria saudável a modernização do Judiciário, diante da reforma que se discute no Congresso, a aprovação do controle externo e a criação do Conselho Nacional de Justiça. Mas ele afirmou não concor-



Paulo Medina foi aprovado para integrar o STJ

dar que o controle externo e o conselho sejam exercidos e integrados por pessoas de fora da magistratura, destacando não ver nisso, “embora pareça”, admitiu, uma posição corporativista. A seu ver, a presença do magistrado, do Ministério Público e de advogados no conselho daria mais credibilidade ao órgão.

Ele disse considerar os pontos mais negativos da proposta de reforma do Judiciário a introdução de dispositivo que leva o prefeito a ser julgado por um colegiado superior e o fim da vitaliciedade para o juiz.

## Exigência de renúncia de candidato à reeleição será votada no dia 20

Depois de um longo debate, o Senado decidiu ontem transferir para o dia 20 a votação da proposta de emenda constitucional do senador Nabor Junior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.

Movido pelo entendimento de que os atuais governantes gozam de situação privilegiada ao permanecerem no cargo quando disputam a reeleição, Nabor Júnior se disse honrado por apresentar iniciativa capaz de suscitar tantos debates. Ele reafirmou o entendimento de que não se pode alterar as regras para os que se elegeram quando estavam em vigor normas que não previam a renúncia para quem quisesse

hipótese de disputar a reeleição.

Também a favor da proposta, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a emenda de Nabor Júnior poderia ter o êxito que ele não conseguira com emenda destinada a acabar com a reeleição, que não chegou sequer a tramitar nas comissões. Ele elogiou a persistência de Nabor e afirmou que se o texto não era “um chega pra lá na reeleição” era pelo menos “um peteleco” que devia ser dado para acabar com essa possibilidade.

Também a favor da emenda, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que todos sabem que, “na emoção do pleito”, o governante usa a máquina administrativa, “e usa abundantemente, porque não quer perder a eleição”.

Numa posição contrária, o senador Paulo Souto (PFL-BA) argumentou que, se a população reeleger um governante, é porque deseja a continuidade administrativa, não havendo razão para este renunciar antes de disputar o novo pleito. Também disse que a aprovação da emenda significava contrariar expectativas de quem está eleito.

Dezoito senadores se manifestaram sobre a proposta. Os que se declararam favoráveis, como Heolisa Helena (PT-AL), argumentaram contra o uso da máquina administrativa pelos governantes que disputam a reeleição sem precisar deixar o cargo. A senadora perguntou por que um governante que deseja se candidatar a deputado estadual precisa deixar o cargo, se não precisa fazê-lo na

O senador Roberto Freire (PPS-PE) definiu a iniciativa como anti-democrática, lembrando que renúncia é ato unilateral de vontade, não podendo nenhum governante ser obrigado por lei a praticá-la. O senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), que votou a favor da emenda em primeiro turno, anunciou ter mudado de posição, por considerar inconveniente mudar as regras eleitorais para governantes que já estão eleitos.



Nabor declarou-se honrado com a repercussão do projeto

### O que eles disseram

“Sou um juiz conservador e um homem tímido”

Desembargador Paulo Medina, ao ser sabatinado ontem na CCJ.

“Urgência e relevância são termos completamente banalizados no conceito governamental”

Senador Ramez Tebet, referindo-se ao abuso na edição e reedição de medidas provisórias.

“Trata-se de um verdadeiro estupro constitucional”

Senador Bernardo Cabral, sobre a reedição de medidas provisórias, não prevista pela Constituição de 88, da qual foi relator.

## Aprovado acordo de assistência jurídica entre o Brasil e o Peru

O Senado aprovou ontem o texto do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal celebrado entre os governos do Brasil e do Peru, em Lima, em 21 de julho de 1999. Segundo o documento, os dois países se comprometem a prestar assistência mútua para investigar delitos e cooperar na condução de processos judiciais de natureza penal.

## Policiais de RO podem ir para quadro especial

Em segundo turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) transformando os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. Foram registrados 61 votos a favor e 1 contra, e a matéria segue agora para a deliberação da Câmara.

O texto contempla os policiais que comprovadamente prestavam serviços àquele ex-território na data em que foi transformado em estado e os que foram admitidos por força de lei federal, custeados pela União. Com o quadro em extinção da administração federal, a eles serão assegurados os direitos e vantagens inerentes ao cargo, vedado o pagamento de diferenças remuneratórias.

O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União, submetidos às disposições regulamentares a que está sujeita a corporação da Polícia Militar e observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

## Cândido quer mudar carreira de tecnologia militar



Cândido: benefício para servidor de nível médio

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) informou que encaminhou ao ministro da Defesa, Geraldo Quintão, documento elaborado pelo Sindicato dos Servidores Civis das Forças Armadas (Sinfra) do Rio de Janeiro sugerindo a inclusão dos servidores de nível intermediário e auxiliar na carreira de tecnologia militar. Ele disse que tentou marcar uma audiência com o ministro para tratar do assunto, mas foi informado pela assessoria do ministério que Quintão não receberia parlamentares durante os meses de maio e junho deste ano.

— Tal comportamento demonstra descortesia para com o Senado Federal e também para com os trabalhadores representados pelo Sinfra/RJ — afirmou Geraldo Cândido.

# Senado discute fundo para desenvolver a Amazônia

Jefferson Péres, autor da proposta, afirma que recursos compensariam parte da população, que ficaria privada de seus meios de subsistência

O Plenário do Senado realizou ontem a primeira sessão de discussões da proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O fundo, a ser instituído nos exercícios de 2001 a 2013, teria o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região, compatibilizando-o com a proteção do meio ambiente nos estados do Amazonas, Acre e Roraima, excluindo os municípios das capitais.

Jefferson Péres está propondo que o fundo seja formado pela receita líquida federal arrecadada no

estado do Amazonas. Considera-se receita líquida a diferença entre a receita tributária arrecadada e os repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios ocorridos no mesmo exercício.

Segundo Jefferson Péres, a proteção ao meio ambiente na Amazônia privada parte de sua população, particularmente do interior, de seus meios de subsistência tradicionais. No entender do senador, essa renúncia eco-

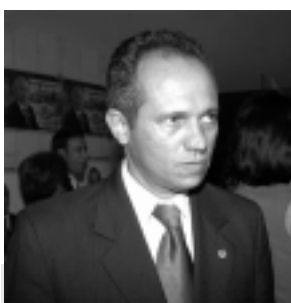


Jefferson propõe fonte para financiar desenvolvimento de forma contínua

nômica exige a adoção de políticas compensatórias que assegurem condições de sobrevivência da população, mediante a criação de alternativas de curto prazo. Estas devem conviver com um planejamento estratégico que viabilize o desenvolvimento sustentável de longo prazo. “Um processo contínuo de desenvolvimento só se tornará possível se tiver o suporte de uma fonte regular e financiamento”, diz o senador.

## Hartung: oposição deve propor alternativa viável

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) pregou ontem a necessidade de a oposição evoluir da avaliação crítica para a construção de uma alternativa política viável e sustentável. “Esse é o desafio mais relevante que se coloca ante o quadro atual”, afirmou. Segundo ele, animados com as possibilidades abertas pela crise no processo sucessório, alguns dos mais importantes representantes da oposição têm pautado sua prática e posicionamento público por “um misto de cruzada moral e de covéis



“É preciso fazer avaliação correta dos fatos”, afirma Paulo Hartung

ros de uma era”.

— Não nos parece razoável a tática de fazer do atual governo um vilão, a fonte e origem de todos os problemas nacionais. Alguns dos problemas que hoje vêm ao conhecimento público, tais como a violação do

panel, a concessão de favores e financiamentos estatais para amigos, parentes e em benefício próprio, o comportamento eticamente questionável de parlamentares e membros do Executivo, relações nebulosas entre segmentos importantes do Estado e

da iniciativa privada, barganhas políticas na base do “toma-lá-dá-cá”, não são propriamente novidades na vida brasileira. O Brasil tem em sua história a marca do patrimonialismo — assinalou o senador.

Hartung disse que, mesmo sem deixar de cobrar a responsabilidade do atual governo, é preciso fazer uma avaliação correta dos fatos, como o de que o país está vivendo uma das mais intensas experiências democráticas da história republicana. “A sociedade depositou uma grande expectativa na figura do presidente, elegendo-o por duas vezes no primeiro turno. Mas, frustrou-se porque os resultados alcançados foram desproporcionais às suas esperanças”, avaliou.

## Burocracia impede socorro a flagelados, diz Suassuna

A seca no sertão do Nordeste, em especial na Paraíba, voltou a ser debatida ontem em Plenário pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele alertou para a situação de calamidade vivida pela população com a falta de alimentos e de água, e lamentou a burocracia no âmbito do Ministério da Integração Nacional e da Câmara Setorial de Convívio com a Seca. De acordo com Suassuna, o ministro interino Raul Jungmann ordenou, há 13 dias, que carros-pipa abastecessem cidades paraibanas, e até agora nada aconteceu.

O senador afirmou que continuará alertando o governo e a sociedade para a situação de emergência. Ele dissertou sobre os chama-

dos “atavismos nacionais”, que estariam presentes desde o início da colonização do Brasil e que, a seu ver, podem ser responsáveis pela continuidade de problemas tidos como insolúveis, como a seca nordestina. Suassuna acrescentou que é preciso mudar os valores culturais do país para superar, também, a mentalidade escravocrata. Para o senador, permanece no inconsciente coletivo o antagonismo entre governo e sociedade, entre a elite e o povo.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) solidarizou-se com o povo nordestino, criticando a morosidade governamental no abastecimento das cidades do

sertão. O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) louvou a preocupação de Suassuna com a população paraibana e afirmou que o Nordeste não pode esperar pelo governo federal. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) parabenizou Suassuna pelo discurso e lembrou que a mentalidade escravocrata persiste no país. Também em aparte, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a elite brasileira, durante séculos, excluiu o povo de meios para adquirir educação e cultura, com o intuito de perpetuar-se no poder.



Suassuna alerta governo para situação de emergência

## Plenário acolhe indicação de dois embaixadores

Os senadores aprovaram ontem a indicação do ministro de primeira classe da carreira diplomática Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Jamaica. Também foi aprovada a indicação de Rubem Amaral Júnior, ministro do quadro especial do Serviço Exterior, para o cargo de embaixador na Iugoslávia.

Em votação posterior, o Senado aprovou a indicação do presidente da República para recondução, por mais três anos, de Luís Carlos Wanderley Lima ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

## Aprovado acordo cultural entre Brasil e Bolívia

O texto do Acordo de Cooperação Cultural entre os governos do Brasil e da Bolívia, celebrado em La Paz, em 1999, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Pelo documento, os países se comprometem a promover a cooperação e o intercâmbio entre as instituições e agentes culturais de cada país.

## Concessões de duas emissoras são renovadas

O Plenário do Senado aprovou na sessão de ontem os atos que renovam as concessões para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, das emissoras Rádio Guarani, de Belo Horizonte (MG), e Rádio Educadora do Tocantins, em Uruaçu (GO).

## Círio de Nazaré terá homenagem na hora do expediente

A hora do expediente da sessão de 19 de setembro próximo deve ser dedicada a homenagear o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que será realizado no segundo domingo de outubro. Requerimento nesse sentido, apresentado pelos senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Luiz Otávio (sem partido-PA), foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

Na justificativa da proposta, os senadores explicam que a procissão do Círio de Nazaré, além de ser considerada o mais expressivo símbolo de identidade do patrimônio cultural e da religiosidade do Pará, congrega aproximadamente 2 milhões de pessoas.

# Comissão quer investigar privatização das teles

A CFC decidiu convidar para depor o ex-diretor de Negócios da Área Internacional e Comercial do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira. Ele deve falar sobre a participação da BrasilPrevi na venda das telefônicas

A Comissão de Fiscalização e Controle decidiu ontem convidar para depor Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor de Negócios da Área Internacional e Comercial do Banco do Brasil. Ele deverá dar explicações sobre denúncias de que houve cobrança de comissões na privatização das empresas telefônicas brasileiras. O ex-diretor será também questionado a respeito do envolvimento da BrasilPrevi, empresa de previdência do Banco do Brasil, nas operações de privatização.

O requerimento de convocação foi apresentado pelo senador Ney

Suassuna (PMDB-PB), presidente da comissão.

Suassuna anunciou ainda que estava enviando convites, para que dêem explicações ao colegiado, a Eduardo Jorge Caldas, ex-secretário-geral da Presidência da República, e aos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb. Eduardo Jorge está sendo investigado pelo Ministério Público devido a notícias de que teria



A Comissão de Fiscalização e Controle pretende também ouvir o ex-secretário da Presidência Eduardo Jorge sobre a liberação de verbas

praticado tráfico de influência quando fazia parte do governo. Suassuna disse que pretende, ao final dos depoimentos, promover uma acareação entre Eduardo Jorge e os procuradores. Se possível, os três serão ouvidos na próxima semana.

Segundo Ney Suassuna, a comissão também enviará ofício ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para que explique o que significa "pontos nebulosos" na declaração de renda 98/99 do ex-secretário Eduardo Jorge Caldas. A informação foi publicada pela *Folha de S. Paulo* de ontem.

Ainda na reunião de ontem, a CFC aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando que o Tribunal de Con-

tas da União (TCU) faça inspeção nos convênios firmados entre o DNER e o governo do Tocantins para construção e recuperação de trechos das rodovias BR-230, BR-153, BR-242 e BR-010. Conforme Suplicy, auditoria já constatou superfaturamento nas obras.

Também foi aprovado requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pedindo tomada de contas especial pelo TCU no convênio firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a prefeitura de Alto Alegre (RR), no valor de R\$ 778 mil.

## Osmar assegura que mantém apoio ao pedido de CPI da Corrupção

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) assegurou ontem que "em hipótese alguma" retirará sua assinatura em apoio ao requerimento para a criação da CPI da Corrupção. Na avaliação do senador, a defesa da investigação de denúncias de irregularidades no governo federal deveria ser uma postura natural para o PSDB, partido que defende a ética e a moralidade pública.

— Quando assinei o requerimento de CPI, o fiz depois de refletir muito tempo. Eu fui um dos

últimos a assinar, exatamente porque queria refletir e ouvir a população. Não há um cidadão que não apóie a CPI — argumentou.

Osmar Dias afirmou que a decisão anunciada ontem pelo presidente nacional do PSDB, deputado José Aníbal (SP), de que a permanência dele e seu irmão, senador Álvaro Dias, no partido está condicionada à retirada das assinaturas, carece de respaldo partidário. Segundo Osmar Dias, não houve votação da proposta de expulsão pela Executiva Nacional do partido.



Álvaro e Osmar Dias: ameaça de expulsão do PSDB por apoiarem CPI

— Aguardo a decisão formal do partido, porque a decisão do presidente José Aníbal, neste momento, não me interessa. Eu vou aguardar a posição da executiva para depois me posicionar a respeito dessa atitude que está sendo adotada pelo PSDB.

O senador estranhou que José Aníbal não tenha feito qualquer referência à questão da CPI em conversa que tiveram quando procurou os senadores paranaenses com o objetivo de pedir apoio à sua eleição

para a direção do partido.

Momentos antes, o senador Roberto Requição (PMDB-PR) dissera em Plenário que o governo vem adotando um "moralismo de oportunidade", pois, ao mesmo tempo em que pretende punir os irmãos Dias por terem assinado o requerimento, sonda o senador José Alencar (PMDB-MG), que também assinou o pedido, para compor o ministério. Alencar garantiu que um convite para ocupar um cargo na administração federal não o fará retirar sua assinatura do requerimento.

## Suplicy encaminha esclarecimentos a Geraldo Brindeiro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ofício ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, esclarecendo não conhecer pessoas que tenham testemunhado a forma como Salvatore Cacciola teria chantageado autoridades do governo. "Disse, e reafirmo, conhecer pessoa que sabe como pode funcionar uma sistemática de pagamento para receber informações privilegiadas do Banco Central."

Suplicy lembrou que, ao questionar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na Comissão de Assuntos Econômicos, disse apenas que uma pessoa que conhece bem o sistema financeiro sabe como funciona o esquema de pagar pessoas, com acesso ao Banco Central, por informações privilegiadas que propiciam a bancos operações altamente lucrativas.



Suplicy enviou o esclarecimento a Geraldo Brindeiro

## Maldaner pede gravação com discurso de Amin

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) quer receber cópia gravada do discurso feito pelo governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, durante a filiação ao PSDB do prefeito de Balneário Camboriú, Leonel Pavan. Maldaner considera que, no discurso, Amin referiu-se de forma depreciativa aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, do qual faz parte. "O caso merece estudo mais aprofundado e isso só pode ser feito de posse da gravação."

Amin teria criticado, de acordo com Maldaner, a forma como membros do conselho votaram no episódio da cassação do senador Luiz Estevão. O senador leu ontem em Plenário expediente que enviará ao presidente do PSDB de Santa Catarina pedindo a gravação do discurso, ocorrido no último dia 2.



Maldaner considera que o Conselho de Ética foi destruído

## Jader recebe reivindicações de catadores de lixo

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem um grupo de catadores de lixo, acompanhados pela senadora Marina Silva (PT-AC), e encaminhou à Comissão de Assuntos



Jader e Marina ouvem trabalhadores

Sociais (CAS) documento contendo as reivindicações que lhe foram trazidas, para possível exame de uma subcomissão a ser formada para estudo e discussão do assunto no Senado. Para Marina, "é importante que o Congresso Nacional esteja aberto para ouvir este segmento".

## Dutra assina manifesto dos professores de Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou sua decisão de assinar o manifesto dos professores da rede pública de ensino de Sergipe, em greve por melhores condições salariais e de trabalho. Ele considera justas as reivindicações da categoria, que exige piso salarial de R\$ 211, pagamento do salário mínimo aos servidores públicos estaduais e condições adequadas de trabalho.

Dutra leu o manifesto em Plenário, com ácidas críticas à postura do governador Albano Franco. "Posando de bonzinho, moço educado, de fino trato, de família tradicional e abastada, ele tenta botar canga nos professores. Mesmo em greve, os professores continuam dando aula de cidadania por entender que não podem silenciar diante de demonstrações explícitas de autoritarismo", diz o documento.

## Mauro Miranda anuncia encontro regional do PMDB em Iporá



Mauro

Os três representantes de Goiás no Senado, todos do PMDB — Mauro Miranda, Iris Rezende e Maguito Vilela —, participam de encontro regional do partido que será realizado em Iporá, neste sábado (dia 9), para definir com lideranças da sociedade local ações concretas de revitalização econômica para o oeste goiano. O anúncio foi feito por Mauro Miranda, que atribuiu "à falta de visão e planejamento dos administradores públicos estaduais" a estagnação econômica do oeste goiano e de Iporá. A cidade, com pouco mais de 50 anos, 32 mil habitantes, com economia baseada na pecuária de leite e dotada de infra-estrutura e de recursos naturais, tem condições de propiciar um crescimento econômico sustentável para todo o oeste de Goiás, afirmou o senador.

# CAS aprova proibição de anotações desabonadoras

Além de outras matérias, Comissão de Assuntos Sociais acolhe projeto que impede observações depreciativas na carteira de trabalho

O empregador poderá ficar proibido de efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar parecer favorável da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) ao projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS). O projeto segue agora para apreciação do Plenário do Senado.

Maria do Carmo ressaltou que a carteira de trabalho não reserva qualquer espaço ao empregador para que sejam feitas anotações desabonadoras. Por esse motivo, disse achar estranho que alguns empregadores insistam em punir empregados, apontando na carteira observações muitas vezes subjetivas ou mesmo inverídicas.

Na mesma reunião, a comissão aprovou parecer do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) ao projeto do deputado Cláudio Cajado que obriga o empregador a comparecer à Justiça do Trabalho sempre que forem verificadas controvérsias envolvendo o paga-



Uma das propostas aprovadas pelos membros da Comissão de Assuntos Sociais regulamenta o trabalho temporário nas empresas urbanas

mento de salários em caso de rescisão de contrato de trabalho.

De acordo com o projeto, caso o empregador não compareça em juízo, estará sujeito a pagar a parte incontroversa dessas verbas, acrescida de 50%. O projeto vai agora ao Plenário do Senado.

A CAS também acolheu por unanimidade substitutivo de Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto do Executivo que regulamenta o trabalho temporário nas empresas urbanas e fixa normas para as empresas de prestação de serviços a terceiros. O projeto, de acordo com o senador, vem ao encontro da modernização das formas de produção, agilizando procedimentos administrativos e ampliando condições de segurança, hi-

giene e saúde dos trabalhadores. Entre as inovações, está a que dilata o prazo de contratação temporária para até seis meses, prorrogáveis por mais três.

Outra matéria aprovada foi o projeto que proíbe o uso de bromato de potássio na farinha usada para assar pães e no preparo de massas e produtos de panificação. A proposta recebeu parecer favorável de Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador lembrou que a utilização do bromato de potássio é proibida no país desde 1970 pelo Ministério da Saúde, mas o produto ainda vem sendo usado de forma clandestina por diversas panificadoras. "Com a força de uma lei, os fiscais terão maiores poderes para punir com rigor os infratores", observou.

## Congresso abriga mostra sobre educação

Com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, o Senac abriu ontem a Semana Nacional da Educação para o Trabalho e a Cidadania com a inauguração, no Salão Negro do Congresso Nacional, de exposição fotográfica e do lançamento do livro e do vídeo-documentário *Na Estrada da Educação*.

Durante a cerimônia, foram estacionadas quatro carretas-escola do SenacMóvel em frente ao Congresso, onde ficarão até o dia 8, assim como a exposição. O SenacMóvel é um programa educativo que já formou mais de 50 mil profissionais para o mercado de trabalho em cerca de 171 municípios.

## Mozarildo alerta para desigualdades regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou ontem as autoridades para a dimensão da miséria, das contradições e das desigualdades regionais no Brasil.

Mozarildo afirmou que as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico e social são responsáveis pela marginalização de algumas regiões. Ele chamou atenção para pesquisa realizada no ano passado pela empresa de consultoria Simonsen Associados, que mediu o nível de competitividade dos estados brasileiros, concluindo que São Paulo é o mais competitivo, mesmo não oferecendo os melhores estímulos fiscais. Os maiores atrativos,



Mozarildo: diferenças levam à marginalização

assinalou, foram os níveis de educação, consumo, transportes, saúde, cultura e telecomunicações, que levaram a economia paulista a ganhar 43% dos investimentos nacionais em 2000.

O senador explicou que nenhum estado do Norte apareceu entre os dez primeiros colocados. "No Nordeste, apenas a Bahia apareceu na pesquisa. Em contrapartida, todos os estados das regiões Sul e Sudeste ficaram entre os dez melhores índices."

Mozarildo também protestou contra a atuação do Banco da Amazônia em Roraima. Segundo ele, o banco só destina recursos aos estados mais ricos.

## Senado fará concurso para consultor

O Senado realizará no segundo semestre deste ano concurso público para preencher 25 vagas de consultor legislativo e duas para consultor de orçamentos. Trata-se dos mais altos cargos da carreira do Congresso, com remuneração inicial de R\$ 5.901,50.

Qualquer pessoa com curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação pode se candidatar, mas as 27 vagas são especializadas, abrangendo mais de dez áreas, de economia a telecomunicações, de saúde a áreas do Direito, de meio ambiente a orçamento. No último concurso para consultor legislativo, executado pela Universidade de Brasília, 1.400 pessoas se candidataram a 12 vagas.

O edital deve ser publicado em agosto e os aprovados trabalharão na feitura de projetos de lei, elaboração de pareceres e estudos e redação de discursos, assessorando a Mesa do Senado, as comissões e os senadores. As inscrições poderão ser feitas em várias capitais, mas as provas serão realizadas em Brasília, onde também trabalharão os aprovados.

Assim que for publicado, o edital estará disponível no site do Instituto Legislativo Brasileiro ([www.ilbsenado.gov.br](http://www.ilbsenado.gov.br)). Também serão divulgados pelo Internet programas e provas dos últimos concursos para estes cargos.

## "Entrevista" debate pesquisa sobre ações sociais

O programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, recebe a socióloga e coordenadora de projetos especiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Anna Maria Peliano. Ela fala sobre a pesquisa realizada pelo Ipea para levantar dados sobre os investimentos das empresas do setor privado em ações sociais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O programa vai ao ar às 3h30, 7h30 e 20h30.

No programa *Cidadania*, o senador Tião Viana (PT-AC) e os médicos Sérgio Timerman, da Fundação Interamericana do Coração, e Luiz Henrique Hargreaves, da Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência, falam dos fatores do crescimento e de programas de combate à morte súbita, doença que leva à morte cerca de 100 mil brasileiros por ano. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30.

A partir das 9h30 a TV Senado transmite ao vivo a reunião da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, que realiza audiência pública para ouvir o ministro da Cultura, Francisco Weffort, o produtor cinematográfico Luiz Carlos Barreto e o distribuidor de filmes Rodrigo Saturnino Braga. Eles irão falar sobre atividades realizadas pelo Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic).

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h - *As Cores do Brasil* - Rio Grande do Sul  
6h30 - *Cidadania* - O sen. Tião Viana e o médico Sérgio Timerman, da Fundação Interamericana do Coração, e Luiz Henrique Hargreaves, da Sociedade Brasileira de Medicina de Emergência, falam sobre a morte súbita  
7h30 - *Entrevista* - A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas  
8h - *Jornal do Senado* - As principais notícias do dia  
8h30 - *Saúde/Unip* - A violência - Parte 2  
9h - Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática - Audiência pública com o ministro da Cultura, Francisco Weffort, cineasta Luiz Carlos Barreto e Rodrigo Saturnino Braga, do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (ao vivo)  
10h - Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após - Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática - Audiência pública

com o ministro Francisco Weffort, Luiz Carlos Barreto e Rodrigo Saturnino Braga (gravado)  
16h30 - Sessão Plenária (reapresentação)  
20h30 - *Entrevista* - A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas  
21h - *Jornal do Senado* - As principais notícias do dia  
21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h - Música, informação e serviços  
8h - *Senado Primeira Hora* - As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h - Música e informação  
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
14h15 - *Senado Notícias*  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
19h - *A Voz do Brasil*  
20h - Música e informação  
22h - *Senado Notícias* - Edição da Noite  
23h - *Improviso Jazz*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Senadores e empresários divergem sobre TV comunitária

Representantes de empresas de radiodifusão afirmaram ontem em audiência na Comissão de Educação que a proposta de Paulo Hartung é inconstitucional. Vários senadores manifestaram-se favoravelmente ao texto

Em audiência realizada pela Comissão de Educação (CE), representantes do governo e de empresas da área de radiodifusão criticaram aspectos técnicos do projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que cria as televisões comunitárias. Os convidados questionaram também a constitucionalidade do projeto.

O superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas Valente, sugeriu que o Congresso adie a discussão sobre o serviço de televisão comunitária até que sejam concluídos estudos sobre a digitalização do espectro radioelétrico. Além disso, ele disse ser contrário à concessão de anistia a quem opere rádios clandestinas. Valente argumentou que a iniciativa de projetos sobre serviços públicos é privativa do Executivo e que, por isso, o projeto pode ser conside-



A audiência na CE, presidida por Ricardo Santos (segundo à direita), reuniu a Abert, Anatel, Ministério das Comunicações e SET

rado inconstitucional.

A diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Emissoras de Televisão e Telecomunicações (SET), Liliana Nakonechny, acredita ser "incoerente estabelecer serviço de radiodifusão comunitária baseada em uma tecnologia ultrapassada, que é a analógica".

O consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alexandre Jobim, afirmou que, atualmente, muitas das comunitárias legalizadas não cumprem seu papel social, vendem comerciais ou não respeitam a limitação de potência. Ele também questionou a

constitucionalidade do projeto.

Segundo o secretário de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Paulo Roberto Menicucci, a potência proposta para as TVs comunitárias, de 250W, é alta e pode inviabilizar a instalação de retransmissoras em alguns municípios.

Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Geraldo Cândido (PT-RJ) defenderam a adoção de mecanismos para que as TVs comunitárias se tornem uma realidade no Brasil. Patrocínio acredita que esse seria um meio de combater o oligopólio existente no setor. Para Cândido, deve-se permitir o aumento do raio de alcance das emissoras comunitárias. Ele criticou o representante da Abert, que apresentou casos, sem comprovação, de interferência de rádios comunitárias em aeroportos.

## Pedidos para funcionamento de emissoras de rádio se acumulam

Apesar de haver no Ministério das Comunicações mais de 9 mil pedidos de autorização para o funcionamento de emissoras de radiodifusão comunitária, apenas 19 foram autorizados. A informação, revelada pelo secretário de Serviços de Radiodifusão do ministério, Paulo Roberto Menicucci, causou reações dos senadores que participaram da audiência pública na Comissão de Educação (CE) sobre o projeto de lei que cria as televisões comunitárias.

Segundo Menicucci, o ministério tem sido rigoroso na seleção de entidades, que, para executar o serviço, não podem ter fins lucrativos. Ainda assim, continuou, o ministério já enviou mais de 500 processos para aprovação do Congresso, como exige a Constituição. Ele acredita que, até o fim do próximo ano, o governo vai atingir a meta de ter pelo menos 1,5 mil autorizações de rádios comunitárias enviadas ao Legislativo.

O secretário revelou que, na maioria dos casos, a documentação apresentada não cumpre as exigências legais. Por isso, in-

formou, o ministério está promovendo debates sobre a legislação.

Apesar de muitos municípios não terem manifestado interesse em implantar esse tipo de emissoras, a previsão do ministério é que haja 10 mil rádios comunitárias em funcionamento no Brasil em poucos anos. Para isso, o Congresso terá de aprovar a outorga e, a cada três anos, a renovação da autorização de funcionamento de cada uma delas.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considera que o volume de matérias a serem apreciadas é muito grande e pode atrapalhar os trabalhos legislativos. Ele sugeriu que os projetos de decreto legislativo que têm de ser aprovados na Câmara e no Senado sejam terminativos na CE. "Acho que o Amazonas não terá interesse em analisar a concessão para o município de Modelo (SC)", exemplificou. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que vai continuar a pressionar o ministério para apressar a concessão de autorização para funcionamento de rádios comunitárias.

## Santos pede menos violência na programação

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aproveitou a realização da audiência pública para apelar às emissoras de televisão que reduzam a transmissão de programas violentos. Ele pediu ao representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alexandre Jobim, que as empresas ajudem na promoção de uma cultura de paz no Brasil.



Santos: preocupação com a qualidade dos programas

Em resposta, o representante da Abert admitiu que existem abusos, especialmente com relação à violência e ao sexo na programação. Ele lembrou que as emissoras tentaram elaborar um código de ética para a autorregulamentação do setor, que culminou com a proposta de que cada empresa adotaria um código de conduta individual.



Jader prometeu a Elisabeth Costa, presidente da Fenaj, manter entendimentos com a Câmara para instalar conselho

## Fenaj solicita a Jader instalação do Conselho de Comunicação

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu na manhã de ontem representantes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que fizeram apelo em favor da instalação do Conselho de Comunicação Social, órgão previsto na Constituição e já criado por lei, cuja finalidade é assessorar o Congresso Nacional nos debates e deliberações sobre questões de comunicação de massa.

A presidente da Fenaj, Elisabeth Costa, lembrou a Jader que, apesar de a lei prever a instalação do conselho em 60 dias após sua promulgação, já se passaram 10 anos e nada aconteceu. Nesse meio tem-

po, projeto de lei alterando a composição do conselho foi aprovado no Senado e está tramitando na Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado disse aos representantes da Federação Nacional dos Jornalistas que concorda com a necessidade de uma rápida definição para a questão e prometeu manter entendimentos com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, para tentar uma definição conjunta, por parte das Mesas do Senado e da Câmara, que permita instalar o conselho, independentemente da tramitação da proposta que pretende alterar a composição do órgão.

## Subcomissão de Cinema realiza audiência com ministro da Cultura

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática inicia hoje, às 9h30, a segunda etapa dos seus trabalhos, com a realização de audiência pública para ouvir o ministro da Cultura, Francisco Weffort, o produtor cinematográfico Luiz Carlos Barreto e o distribuidor Rodrigo Saturnino Braga. Devem ser debatidas as atividades do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic).

O presidente da subcomissão, senador Freitas Neto (PFL-PI), autor do requerimento para a realização do debate, afirma na justificativa do pedido que, desde setembro do ano passado, o Gedic vem trabalhando, por determinação do presidente da República, na formulação de uma nova política para o ci-

nema no Brasil.

De acordo com o senador, entre as várias idéias em discussão estão alterações na legislação vigente e a possível criação de uma Agência Nacional do Cinema.

A idéia de uma agência reguladora para o setor, nos mesmos moldes das que foram instituídas para outras áreas, como água e energia elétrica, foi anunciada pela primeira vez pelo diretor de cinema Cacá Diegues, durante realização de audiência pública, ano passado, na Subcomissão do Cinema Brasileiro, antes de se tornar uma subcomissão permanente. Posteriormente, a proposta voltou a ser discutida durante o 3º Congresso do Cinema Brasileiro, realizado no segundo semestre do ano passado em Porto Alegre, capital gaúcha.

# Em carta a FHC, Jader critica racionamento no Pará

Presidente do Senado lembra que seu estado é um dos cinco maiores produtores de energia do país, consumindo apenas um terço da produção da Hidrelétrica de Tucuruí, e estranha tratamento diferenciado que beneficia a Região Sul

## Maguito contesta interrupção de hidrovía para reforçar usinas

A possibilidade de o governo de São Paulo fechar o Canal Pereira-Barreto, na Hidrovía Paraná-Paranaíba-Tietê, foi contestada em Plenário pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele alertou que, para incrementar em 800 megawatts a capacidade das usinas



Maguito diz que sem o uso da hidrovía haverá retração econômica no Centro-Oeste

instaladas no Rio Paraná, o governo de São Paulo vai inviabilizar o funcionamento da hidrovía.

Segundo o senador, o ato importará o fechamento de agroindústrias em Goiás e Minas Gerais, levando à retração da atividade econômica em grande parte do Centro-Oeste, com prejuízos para todo o país.

— Não se resolve um problema, fruto da irresponsabilidade, criando, irresponsavelmente, outro problema enorme. Se o governo paulista levar adiante sua intenção, a economia do Centro-Oeste dará um passo atrás — advertiu Maguito.

O senador ressaltou que a Hidrovía Paraná-Paranaíba-Tietê permite a conexão de Goiás, por transporte intermodal, com o Sudeste e o Sul do Brasil, levando

os produtos do Centro-Oeste até o Mercosul. Pelos 2.400 quilômetros da hidrovía, informou, circulam cerca de 5,7 milhões de toneladas de grãos, sendo que uma barça transporta carga equivalente à de 44 caminhões por preço seis vezes menor.

— O fechamento do Canal Pereira-Barreto, como propõe o governo paulista, decretaria o fim do funcionamento da hidrovía. Seria o mesmo que jogar na lata do lixo milhões de dólares investidos no projeto em 30 anos.

Maguito chamou ainda a atenção para a possibilidade de eclosão de outras crises no país, além da energética, confessando temer problemas na produção de alimentos e no setor de transportes.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse considerar cada dia mais grave o problema da falta de planejamento no Brasil. “É difícil crer num governo central que não está pensando nas pessoas”, afirmou. Também Moreira Mendes (PFL-RO) registrou que em Rondônia a situação das estradas é estarrecedora.

## Comissão mista de energia faz reunião administrativa

A comissão mista que estuda a crise de energia reúne-se hoje, às 9h30, para discutir questões administrativas. O objetivo da comissão é estudar as causas da crise e propor soluções para o problema.

Na terça-feira ocorreu a reunião de instalação da comissão e eleição dos deputados Antonio Cambraia (PSDB-CE) e Fernando Gabeira (PV-RJ) para presidente e vice-presidente do órgão. O re-

lator é o senador Paulo Souto (PFL-BA).

Logo após a instalação, a comissão realizou reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado para ouvir os ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente. Na reunião, Parente, que é presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, disse que é cada vez menor o risco de apagão.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, representante do Pará, enviou ontem carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso protestando contra a inclusão do estado no programa de racionamento de energia elétrica, com meta de economia de 20%. Ele considera a inclusão injusta, lembrando que o Pará é um dos cinco maiores produtores de energia do país, consumindo apenas um terço da produção da hidrelétrica de Tucuruí.

Jader estranha o tratamento diferenciado do governo para realidades idênticas de estados exportadores de energia. A Região Sul terá de racionar apenas 7%, enquanto o Nordeste ficará obrigado a racionar 20%. “O justo seria permanecermos excluídos de tais restrições”, frisa.

Na carta, o senador reclama a implantação da segunda linha de trans-

missão de energia de Tucuruí e a construção de eclusas, para que a navegação pelo Rio Tocantins não fique interrompida. Atualmente, um terço da energia de Tucuruí é transmitido para o Nordeste, enquanto outro terço é usado pela Companhia Vale do Rio Doce. Jader observa ainda que o governo deveria iniciar a construção da usina de Belo Monte,

no Rio Xingu, também no Pará.

Jader disse, em entrevista, acreditar que Fernando Henrique levará em consideração os argumentos e reavaliará a decisão. “Não é justo que, além de exportadores de energia, além de estarmos colaborando com o Brasil há muito tempo, tenhamos agora um tratamento de penalização”, afirmou.



Jader Barbalho afirma, na carta ao presidente da República, que o justo seria deixar o Pará fora das restrições

## Eduardo discorda de imposições ao Norte

A possibilidade de que os estados da Região Norte venham a ser obrigados a participar do racionamento de energia, a que já estão sendo submetidas as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, foi criticada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). O presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos, disse que a Câmara de Gestão da Crise de Energia deverá impor um racionamento de 20% aos estados do Norte, sob a justificativa de que é necessário “elevar o excedente de energia que vem sendo transferido ao Nordeste”.

— Tocantins tem tido um crescimento duas vezes e meia maior do que a média nacional e não há nenhuma razão para que, na



Para Eduardo Siqueira Campos, economia na Região Norte deve ser voluntária

busca de excedentes, se prejudique o estado — disse o senador, lembrando a construção, pelo

governo do Tocantins, da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que contribuirá para a diminuição do déficit energético do país.

De acordo com o senador, os estados do Norte devem ter o mesmo tratamento dispensado aos do Sul, que deverão ser incentivados a economizar voluntariamente energia. Ele assegurou que o governo do Tocantins já está estimulando a economia de energia.

— Espero que essa suposta análise técnica do ONS não seja aceita e prevaleça o que disse o presidente Fernando Henrique, que prometeu não prejudicar a região Norte. Isso não exclui a nossa consciência de que devemos colaborar — disse o senador.

## Consultoria promove debate sobre a crise

A Consultoria Legislativa do Senado promove amanhã, a partir das 9h, debate sobre a atual crise do setor energético. A discussão, que será realizada na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, tem a consultora Eliane

Maciel como mediadora.

O objetivo do evento é analisar o setor elétrico nacional, identificando seus principais aspectos técnicos e organizacionais, discutir as consequências da atual crise e apontar fontes alternativas de energia. Os consultores legislativos Davi Waisman, Omar Alves Abbud e Márcia Fortuna Biato serão os expositores.

Os debates da Consultoria Legislativa são organizados desde 1998 pela diretoria do órgão e destinam-se à discussão de idéias sobre temas relevantes atuais, de interesse do Congresso Nacional. A participação é aberta a todos os interessados, em particular aos consultores legislativos e de orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.